



PARECER Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE ASUNTOS ECONÔMICOS, ao Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, que “autoriza a União a implantar o Programa Incentivo- Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de quinze anos e institui o ‘Quinquênio da Alfabetização’.

RELATOR: Senador **Eduardo Matatazzo Suplicy**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 117, de 2006, apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, que “autoriza a União a implantar o Programa Incentivo- Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de quinze anos e institui o ‘Quinquênio da Alfabetização’”.

A proposição é composta de quatro artigos. O art. 1º institui o “Quinquênio da Alfabetização”, que tem como meta a abolição do analfabetismo no Brasil.

O art. 2º autoriza a União a criar o Programa Incentivo-Alfa, que objetiva incentivar os brasileiros com idade superior a quinze anos a continuar estudos que lhes permitam sair do analfabetismo. Para tanto, autoriza a criação de incentivo com valor mínimo de R\$ 350,00 a ser concedido aos adultos que consigam concluir, com sucesso, durante o ‘Quinquênio da Alfabetização’, programa de alfabetização. Autorizam, ainda, a União a criar a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo e a instituir o Museu da Erradicação do Analfabetismo, como unidade integrante ou associada ao Arquivo Nacional.

O art. 3º determina que o ‘Quinquênio da Educação’ será iniciado em evento público a ser realizado até sessenta dias após a publicação da lei.

O art. 4º trata da cláusula de vigência da lei, que será a data de sua publicação.

O autor justifica sua proposição na necessidade de conformar um novo projeto de Nação, tornando o Brasil um território livre do analfabetismo. Continua sua justificação afirmando que a previsão de aplicação de recursos com o programa Incentivo-Alfa, da ordem de R\$ 700 milhões, é bem inferior às despesas da União com as indenizações concedidas aos perseguidos políticos do regime militar, abrangendo um número muito maior de pessoas.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável com as Emendas nº 1 a nº 4, à CAE e à Comissão de Educação (CE).

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.



II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

O exame da constitucionalidade, juridicidade, redação e técnica legislativa da proposição já foi realizado pela CCJ, que manifestou o amparo existente no RISF para o aspecto autorizativo do PLS nº 117, de 2006. O Parecer da CCJ também introduziu emendas que aperfeiçoaram a redação e a técnica legislativa da proposição.

Do ponto de vista das competências desta Comissão, e considerando-se as emendas aprovadas pela CCJ, não há reparos a serem feitos à proposição.

Há, no entanto, que levar em conta que a aprovação da lei irá gerar custos, estimados originalmente em R\$ 700 milhões, os quais poderão ser ajustados conforme a emenda aprovada na CCJ, com a qual acordo, e que também atualizou o valor inicial do incentivo financeiro para R\$ 450,00. Fica assim, desde já, a estimativa de custos ampliada em cerca de 28%, para R\$ 900 milhões.

Tendo em vista essa monta, pode-se considerar que o aumento de despesa que a lei acarretará pode ser absorvido na margem de expansão da receita orçamentária, prevista anualmente, atendendo desse modo ao art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, o cálculo dessa estimativa é essencial não só em obediência ao referido artigo da LRF, mas por constituir exigência indispensável à apreciação do projeto, conforme a Súmula nº 1 da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, caso este venha a ser examinado naquela Casa.

III – VOTO

Pelo exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, nos termos em que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator